



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



RECURSO(S)

**RDC 03/2022 – CBMPA – CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO E NOVA
GUARDA DO QUARTEL DO COMANDO GERAL.**



Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

UASG: 925853 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Licitação nº: 3/2022 

Modo de Disputa: Fechado

Número do Item: 1

Nome do Item: Obras Civas Públicas (Construção)

Tratamento Diferenciado: Sem benefícios

Sessões Públicas: Atual

Recursos do Item - Sessão Pública 1 (Atual)

34.543.629/0001-08 - MULT NOBRE EMPREENDIMENTOS EIRELI

Intenção de Recurso

Data/Hora: 30/05/2022 13:54

Julgamento de Proposta: Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta

Habilitação de Fornecedor:

19.661.427/0001-69 - CORTES CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA

Intenção de Recurso

Data/Hora: 13/06/2022 17:26

Julgamento de Proposta: Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de julgamento de proposta

Habilitação de Fornecedor:

06.336.443/0001-34 - L M MOTA SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA

Intenção de Recurso

Data/Hora: 13/07/2022 14:00

Julgamento de Proposta:

Habilitação de Fornecedor: Declaro que desejo entrar com intenção de recurso na fase de habilitação

Recurso

Data/Hora: 19/07/2022 15:56

Motivo do Recurso / Justificativa da Desistência: ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ. RDC Nº 03/2022 RECURSO CONTRA A DECISÃO QUE CONSIDEROU A EMPRESA CONSTRUMAZ CONSTRUÇÕES LTDA. COMO VENCEDORA DESTE CERTAME. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.336.443/0001-34, com endereço, na Avenida Alcindo Cacela, Nº 1264, bairro do Umarizal, CEP:66.060-000, endereço eletrônico executivatec@gmail.com, neste ato representada por seu representante legal, LEONARDO MIRANDA MOTA, CPF: 915.300.832-49, brasileiro, casado, empresário, vem, em cumprimento à decisão dessa CPL que, ABRIU PRAZO RECURSAL para a fase de propostas, apresentar RECURSO contra a decisão dessa Comissão Permanente de Licitação que considerou a licitante CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. como vencedora do certame, nos seguintes termos: DOS FATOS Essa Comissão Permanente de Licitação, através de decisão proferida no dia 13 de julho, próximo passado, decidiu pela habilitação da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA., como vencedora do certame. Referida decisão está assim expressa: "Registre-se ainda que os demais documentos de habilitação apresentados pela licitante CONSTRUMAZ ENGENHARIA LTDA, após análise realizada pela Comissão do RDC, a saber: habilitação jurídica; regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e; qualificação econômico-financeira teve verificada a REGULARIDADE dos documentos apresentados com atendimento ao edital e com a validade em dias após as diligências já registradas. Diante do acima exposto e registros realizados, será proferida a habilitação da empresa CONSTRUMAZ via sistema". DO DIREITO No que pese o esforço dessa CPL em fazer valer os documentos apresentados pela empresa Construmaz Construtora Ltda., a Recorrente discorda da referida decisão. Vejamos: Em 25/09/2007 o Sr. MARCELLO PINTO BEZERRA, CPF 399.496.802-04 residente e domiciliado na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA., abriu a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. CNPJ: 09.097.907/0001-95, com sede no mesmo endereço do seu sócio/administrador, ou seja na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA. No dia 26 de novembro de 2010 houve o acidente na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A., resultando em 08 óbitos e no ferimento de outros 16 trabalhadores. O Relatório de Investigação de Acidente de Trabalho concluiu que a CULPA foi da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO pela OMISSÃO NA ADOÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA NO AMBIENTE DE TRABALHO. No dia 05 de outubro de 2012 o INSS propôs a AÇÃO REGRESSIVA DE INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA contra a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. com o escopo de ser ressarcido das despesas causadas pelos benefícios de PENSÃO POR MORTE pagas às famílias de 08 trabalhadores vitimados naquele acidente, mais 16 benefícios de Auxílio Doença concedidos aos servidores da referida empresa. Requereu, também, que fosse determinado que a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. CONSTITUA CAPITAL capaz de suportar a cobrança dos valores determinados na sentença. Ao proferir a sentença, a Juíza do feito condenou a empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. A pagar ao INSS " TODOS OS VALORES DE BENEFÍCIOS QUE A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA DESPENDEU A TÍTULO DE PENSÃO POR MORTE E AUXÍLIO DOENÇA, ATÉ A SUA LIQUIDAÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO EM APOSENTADORIA", mais juros de mora e correção monetária acrescido de honorários de 10% sobre o valor da condenação. Essa sentença foi proferida em 30 de novembro de 2018. O processo, atualmente, encontra-se no Gabinete do Desembargador Federal JOÃO BATISTA MOREIRA para julgamento do Recurso de Apelação interposto pela empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. Ocorre que mesmo tendo certeza da sua culpa no acidente ocorrido na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A. que vitimou 24 servidores, o Sócio/Administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA., simplesmente deixou de movimentar a referida empresa, justamente para não arcar com o prejuízo causado ao INSS. Em conluio com a SRA. MARIA DEUZIMIRA PICANÇO FERREIRA, abriu a EMPRESA CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA., que funciona no mesmo endereço residencial do SR MARCELLO PINTO BEZERRA, ou seja na AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA. Apesar da Sra. MARIA DEUZIMIRA PICANÇO FERREIRA, figurar como sócia/Administradora da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA., na realidade quem administra a referida empresa é o Sr. MARCELLO PINTO BEZERRA, através do mandato de procuração que lhe foi outorgado com plenos poderes. Portanto, a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. foi criada pelo SR. MARCELLO PINTO BEZERRA com o único escopo de poder, MESMO DE MANEIRA INDIRETA e à margem da Lei, participar das licitações, vez que a empresa M P B CONSTRUÇÃO ENGENHARIA LTDA, em decorrência do acidente causado na empresa ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A., não pode tirar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Em 2011 o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ propôs a AÇÃO PENAL, processo Nº 0000422-38.2011.8.14.0024, para apuração do CRIME DE HOMICÍDIO contra os DENUNCIADOS: MARCELLO PINTO BEZERRA e MARVIO NOGUEIRA BARBOSA, em trâmite perante a Vara Criminal da Comarca de Itaituba-PA. Nessa Ação figura como testemunha o Sr. MARCOS ALBY MACHADO DE MIRANDA, que é Sócio/Administrador da empresa ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI. Por coincidência a empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. CNPJ: 18.409.353/0001-05, também é estabelecida no mesmo endereço residencial do MARCELLO PINTO BEZERRA que também é o mesmo endereço da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, ou seja: AV. MANFREDO BARATA, Nº 367, Bairro Boa Esperança, na Cidade de Itaituba-PA. O que causa mais estranheza, é que na residência do MARCELLO PINTO BEZERRA funcionam duas empresas, das quais, da primeira, ele é

Sócio/Administrador, e da segunda, ele é PROCURADOR COM AMPLOS PODERES, ou seja, é ADMINISTRADOR NÃO SÓCIO e é também o Engenheiro Responsável, admitido em 01/06/2015. Causa estranheza, também, o fato de o Sr. MARCOS ALBY MACHADO DE MIRANDA, CPF: que é sócio Administrador da empresa ATITUDE CONSTRUTORA LTDA. CNPJ: 03.478.057/0001-99 figurar como testemunha na AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JURI, processo Nº 0000722-38.2011.8.14.0024, que o MINISTÉRIO PÚBLICO move contra o MARCELLO PINTO BEZERRA, em trâmite perante a Vara Criminal de Itaituba-PA. É estranho, também, o fato de o Sr. KASSIO PAIVA ser funcionário das duas empresas: CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA e, ATITUDE CONSTRUTORA EIRELI-EP. Situação idêntica a da Sra. ELIANE GARCIA que também trabalha nas duas empresas, pois além de declarar que trabalha na Empresa CONSTRUMAZ, postou uma foto nas redes sociais fardada com o uniforme da empresa ATITUDE CONSTRUTORA. Restou provado, portanto, que as empresas M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO; CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA e ATITUDE CONSTRUTORA formam um grupo econômico, pois exploram a mesma atividade, duas estão estabelecidas no mesmo endereço, têm empregados comuns nas três empresas e o sócio/Administrador da empresa M P B ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. também é o ADMINISTRADOR não sócio da empresa CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. e, como consequência por força do Art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2016, para efeito de declaração de ME e EPP, as RECEITAS BRUTAS das empresas devem ser somadas para identificar o enquadramento das referidas empresas como EPP. Então, as empresas ATITUDE CONSTRUTORA LTDA e CONSTRUMAZ CONSTRUTORA LTDA. fizeram declarações falsas ao participarem das licitações dos anos de 2018 a 2022, vez que, conforme demonstrado abaixo, a soma das suas Receitas Brutas extrapolaram o limite máximo legal previsto na Lei acima mencionada. É considerado grupo econômico quando ficar comprovada a utilização de interpostas pessoas na constituição e no funcionamento de pessoa jurídica, de modo a encobrir quem são os verdadeiros sócios administradores. Comprovada a simulação de constituição de empresa, única e exclusivamente, para fracionar o faturamento de outro empreendimento, e assim garantir a permanência indevidamente da pessoa jurídica como EPP, caracteriza a constituição de pessoa jurídica por interposta pessoa, hipótese que devem ser somadas as receitas brutas das duas empresas. Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo; § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: (...) V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo (...) Ora, se a empresa já estava ciente de que não poderia ostentar a condição de EPP, em contrariedade ao parágrafo 9º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, e ainda assim está participando do certame como tal, então a referida empresa apresentou declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, estando, portanto, sujeita às sanções legais-(Art. 156, da Lei Nº 14.133/2021) e editalícias pertinentes, conforme subitem 17.1 do edital. DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NAS LICITAÇÕES O princípio da igualdade, um dos alicerces da licitação, encontra-se expresso na Carta Magna, no art. 37, XXI, verbis: "Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".(O destaque é da denunciante) Como facilmente se percebe, o dispositivo impede que sejam estabelecidas condições que se traduzam em preferência de uns licitantes em desvantagem de outros. Neste caso, está provado à farta a intenção da Licitante, ao norte referenciada, em simular se tratar de empresa distinta para que não sejam somadas as suas Receitas Brutas para o fim de declaração de EPP, nos termos do Art. 3º da Lei Nº 123/2016. Agindo dessa maneira a referida empresa fere, de morte, o princípio constitucional da isonomia. DOS PEDIDOS Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento a este Recurso para o fim de tornar sem efeito a decisão que habilitou a empresa Construmaz Construções Ltda., e declarar a Recorrente habilitada no RDC03/2022 dessa Instituição. Nesses Termos, Pede Deferimento. Belém, 19 de julho de 2022. L M MOTA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA.,